

RECENSÕES

Henrique Jales Ribeiro, *Argumentação, pensamento crítico e filosofia – e outros ensaios* – (Lisboa: Edições Esgotadas, 2019); 155 pp. ISBN: 978-989-8911-71-1

Em *Argumentação, pensamento crítico e filosofia (e outros ensaios)*, Henrique Jales Ribeiro reúne uma série de ensaios, revistos e actualizados, que apontam um caminho alternativo, optimista e viável para o fim da filosofia como investigação sistemática (a filosofia, no sentido tradicional do conceito, que vai de Platão, Descartes e Kant, à pós-modernidade), depois do fim vaticinado, para esta, por filósofos tão prestigiados como Lyotard, Quine, Wittgenstein, Rorty, entre muitos outros, na segunda metade do século XX. Esse acontecimento (o “fim da filosofia”) é, hoje em dia e em certa medida, relativamente consensual para uma boa parte dos filósofos. Tal não implica, porém, que a filosofia deva renunciar em absoluto ou completamente ao seu papel tradicional como saber fundador dos restantes saberes, e veja a sua condição reduzida a uma forma de conhecimento secundária ou marginal. Pelo contrário, o autor pretende mostrar que a investigação filosófica continua a ser possível em termos sistemáticos e (considerando a filosofia analítica, designadamente), a eleger a linguagem como cerne dessa investigação, se a mesma for reassumida à luz de pressupostos revolucionários que têm a ver com o papel fundador da retórica – pressupostos esses que têm sido ostensivamente ignorados ao longo da história da filosofia. Além do mais, a tarefa de restituir à filosofia esse papel fundacional a que se aludiu, mais do que salvaguardar uma posição relevante no plano institucional e académico para a retórica, apresenta-se, hoje, como crucial face aos desafios colocados pela chamada pós-modernidade, nomeadamente a condição de cepticismo e relativismo que ocupou o vazio deixado pelo esgotamento dos desideratos tradicionais da filosofia, cujos efeitos muitos filósofos, pelo menos no plano teórico, procuraram neutralizar.

Ao longo de cinco capítulos o autor esboça o quadro da história recente da filosofia, em especial a da segunda metade do século XX em diante, procurando revelar a essência da empresa filosófica, do seu núcleo universalista e sistemático, e, paralelamente, perceber o que é que significa, afinal, falar do “fim dessa filosofia”. Sobretudo, procura evidenciar o mérito e a vitalidade da via aberta por Chaim

Perelman e Stephen Toulmin, aos quais o autor dedica o terceiro e quarto capítulos respectivamente – filósofos esses que são obreiros da chamada “viragem retórica” em filosofia, cujo alcance é geralmente pouco valorizado ou simplesmente mal compreendido. Em linhas gerais e resumidamente, a tese apresentada pressupõe e afirma três pontos fundamentais, a saber: que a retórica e a argumentação surgem, sobretudo na sequência da já mencionada viragem retórica, como um novo paradigma possível de razão e de racionalidade; que a filosofia, por via dessas matérias, pode constituir uma matriz competente em relação aos diferentes saberes ou ciências, reeditando, em novos termos, o programa Cartesiano que concebia a filosofia “como tronco de uma árvore cujos ramos são precisamente as diferentes ciências” (p.9); e que, dessa forma, poderá, de algum modo, vir a colmatar a falta de fundações universais para o conhecimento e a ação humana, tornando novamente viável a investigação filosófica em termos sistemáticos, e fornecendo um expediente prometedo contra o relativismo que actualmente atinge a filosofia e a sociedade de maneira geral. Com efeito, argumenta-se que a filosofia deve voltar a assumir o compromisso com a universalidade e reequacionar a problemática da fundamentação à luz da retórica e da argumentação. Afirmar a importância e centralidade da retórica para a filosofia no presente impõe, antes de mais, a destituição do preconceito filosófico historicamente assumido pelo programa da filosofia platónica em relação à sofística, com a conhecida redução da retórica a uma mera arte de manipulação do discurso. Um dos equívocos prevaletentes consiste em considerar-se geralmente a retórica como incapaz de assegurar, por si só, os critérios adequados ao seu bom uso, estando assim impossibilitada de desempenhar um papel verdadeiramente transformador na sociedade, e não um papel meramente crítico, discursivamente falando. Para além disso, esse enfoque na retórica e na argumentação implica uma reformulação do próprio estatuto da filosofia no contexto do que chamamos hoje em dia “pensamento crítico”. Isso é sugerido logo no primeiro capítulo, no qual se procura esclarecer a relação problemática da filosofia com o relativismo característico da pós-modernidade e os pressupostos históricos e filosóficos que conduziram a filosofia analítica a ter de assumir a impossibilidade de dar continuidade ao “fundacionalismo”. Perante as profundas transformações sociais, culturais e políticas levadas a cabo no ocidente desde o final da Segunda Guerra Mundial, o pensamento crítico instituiu o ideal de uma razão “aberta, dialógica e argumentativa”, tendo assim contribuído para o peso crescente que a retórica e a argumentação passaram a assumir, por intermédio desse pensamento, num âmbito multidisciplinar e interdisciplinar. Em abstrato, o pensamento crítico representa o movimento emancipatório de renúncia ao absolutismo e dogmatismo, que eram atributos essenciais das sociedades e dos sistemas filosóficos do passado. Mas uma vez que esse pensamento foi no passado, por definição, desprovido de um verdadeiro quadro de referência conduzindo, assim, inevitavelmente, ao ceticismo e relativismo, o autor reclama a necessidade de o centrar filosoficamente na teoria da retórica e da argumentação, de forma a assegurar um princípio unificador para as investigações que vêm sendo realizadas de forma dispersa e sem

qualquer horizonte sistemático. Uma teoria da retórica e da argumentação de cariz filosófico seria, ao mesmo tempo, capaz de satisfazer o anelo subversivo que é a marca do pensamento crítico e da pós-modernidade em geral, e de contrariar o cepticismo e o niilismo a que esse pensamento pode conduzir. A incorporação da noção de pensamento crítico no universo da retórica e da argumentação, faz com que a análise filosófica passe a ocupar-se do “vasto movimento social, cultural e político” que esse pensamento constitui, e que reflecte uma dimensão incontornável da condição pós-moderna, a par do relativismo que ele essencialmente pressupõe. Uma tal incorporação estabelece um horizonte regulativo para o desenvolvimento e articulação dos temas em análise.

Não seria, contudo, possível compreender o verdadeiro alcance e as implicações da crise que atinge a filosofia na pós-modernidade ignorando, por exemplo, o impacto do argumento da relatividade ontológica de Quine para a filosofia analítica do seu tempo, ou o contexto que revelou a importância da retórica e da argumentação na sequência do chamado “fim da filosofia da ciência”. No segundo capítulo, são precisamente investigadas as relações entre filosofia da ciência e retórica. A estratégia do autor visa compreender, em termos kuhnianos, “o trabalho dos filósofos profissionais como um produto institucional e sociológico das comunidades em que se inserem” (p.34). E uma vez que as verdades da filosofia são provenientes quer de um âmbito institucional quer de um contexto histórico específico, essa estratégia, ou metodologia, implica examinar tanto um como outro e interpretá-los como matérias argumentativas por excelência, mesmo que os filósofos, de maneira geral, tenham desde sempre ambicionado conferir às suas teorias um estatuto especial, meramente especulativo e imune em relação ao plano da discussão e da argumentação propriamente ditas. A análise das conexões fundamentais, e muitas vezes ignoradas, entre a filosofia analítica e a viragem retórica, representa uma novidade que distingue estes ensaios, na literatura especializada, a nível internacional. A viragem retórica é, justamente, considerada como uma resposta revolucionária, desenvolvida na mesma altura por Perelman e por Toulmin – em termos semelhantes mas independentemente do outro – para os problemas filosóficos com que se confrontaram.

O segundo capítulo serve de preâmbulo aos dois seguintes, nos quais são especialmente analisados os contributos singulares, respetivamente de Perelman e de Toulmin, em diálogo com a filosofia analítica do seu tempo. Ao longo deste parágrafo é apresentada uma introdução conjunta das principais matérias investigadas nesse e no terceiro e quarto capítulo do livro. O ponto de partida recai na exposição das razões que ditaram o colapso da epistemologia tradicional e o conseqüente atestado de óbito passado à própria filosofia compreendida em termos fundacionais e sistemáticos. O fim da filosofia da ciência é decorrente do fracasso do fundacionalismo, quer dizer, da conceção, segundo a qual, caberia à filosofia fornecer uma justificação radical e última para os empreendimentos científicos; e terá, de acordo com o autor, desempenhado a alavanca principal para a viragem retórica (p.47). O núcleo dessa conceção tinha a ver com a procura de uma base ontológica neutral, constituída por

princípios necessários, portadores de uma validade universal e intemporal, e foi predominante na filosofia desde Platão até praticamente aos nossos dias. O seu grande equívoco residia na ideia de que a ciência conseguiria, de algum modo, traduzir uma dimensão anterior à linguagem evitando, assim, a pluralidade e conflitualidade inescapáveis da condição humana. Kuhn avançou uma hipótese controversa ao mostrar que os interesses sociológicos e ideológicos que vigoram no interior das comunidades científicas acabam invariavelmente por influenciar o curso das investigações e sobrepor-se ao estudo de uma base ontológica qualquer. O argumento da relatividade ontológica de Quine, por sua vez, veio frustrar, de vez, as aspirações da filosofia moderna, ou fundacionalismo, ao determinar, de forma categórica, que a ontologia seria sempre relativa ao respetivo enquadramento teórico. A importância da retórica e da argumentação surge, desde logo, implicada nas teses de Quine e de Kuhn, sem que estes, no entanto, tivessem abordado diretamente essas matérias ou, sequer, tido consciência da importância das mesmas e do seu impacto posterior. Contudo, o autor alega, e demonstra, que a filosofia analítica, com Quine e com Kuhn em particular, terá exercido uma influência assinalável no percurso intelectual de Perelman e de Toulmin, e sobretudo do segundo, que não deixará de procurar desenvolver uma solução de compromisso entre relativismo e universalismo, após a receção e o impacto das teses referidas anteriormente. Com a viragem retórica, a retórica e a argumentação aparecem, efetivamente, no decurso da “viragem linguística” de que nos falam Rorty e outros, como uma via privilegiada e otimista para onde poderiam ser finalmente evacuados e resolvidos os dilemas com os quais a filosofia analítica se havia confrontado. Os filósofos analíticos ignoraram ostensivamente o contributo da retórica e da argumentação por estarem, ainda, essencialmente amarrados a pressupostos metafísicos e acreditarem que a sua empresa teria a ver, fundamentalmente, com a descrição de entidades ontológicas com verdadeira autonomia relativamente à linguagem. Porém, como afirma o autor, “se a objetividade e a referência são um mito e a lógica é finalmente incapaz de justificar a escolha dos axiomas [os axiomas dos sistemas axiomático-dedutivos para o positivismo lógico vienense], então as razões que nos levam a fazer essa escolha é (...) um assunto de retórica” (pp.61 e 62). A desconstrução das “metanarrativas” da modernidade, consumada por filósofos como Lyotard, Derrida, Rorty, entre outros, na segunda metade do século XX, foi bem sucedida no diagnóstico do estado da filosofia e na crítica da modernidade, mas não foi, porém, finalmente capaz de superar os pressupostos dessa tradição. A filosofia analítica, presa, ainda, ao projeto racionalista, cartesiano e kantiano, das fundações do conhecimento, foi levada a considerar a significação como um mito, uma entidade que já não se justificava investigar dada a sua natureza inassimilável para qualquer tentativa de teorização *a priori*. Toulmin e Perelman, na mesma altura, fizeram simplesmente reverter os problemas da filosofia analítica com a tese de que só há significação quando há argumentação, conservando o anelo fundacional e universal da filosofia, ainda que em termos diferentes dos do passado, e continuando a fazer investigação sistemática, à revelia das conclusões dramáticas da própria filo-

sófia analítica. Tratar-se-á, com a teoria da retórica e da argumentação, de investigar as estratégias e os padrões discursivos comuns a toda e qualquer linguagem, e constituir, assim, uma nova matriz interdisciplinar do conhecimento e da acção humana, e um novo paradigma de racionalidade de maneira geral.

No quinto e último capítulo, o autor destaca o papel da metáfora em filosofia, antecipa alguns obstáculos ao acolhimento da tese que anuncia a retórica e a argumentação como o único quadro de referência possível para a investigação filosófica, e tece as suas considerações finais. Para a teoria da retórica e da argumentação os padrões, ou critérios, de racionalidade são progressivamente enriquecidos nos contextos intersubjectivos nos quais a argumentação e a retórica intervêm, promovendo, assim, uma imagem da razão liberta de pressupostos metafísicos ou princípios incondicionados. Essa teoria vem destronar, por exemplo, o enquadramento supostamente fornecido pela lógica num passado recente, incluindo mesmo a própria lógica formal entre os seus campos interdisciplinares. Este novo paradigma implica, ou pressupõe, um alargamento do conceito tradicional de razão e racionalidade, de modo a abranger a sua dimensão prática e contextual, incompatível com o carácter demonstrável das equações matemáticas que havia inspirado o racionalismo de matriz cartesiana. A re-concetualização do âmbito da racionalidade resulta, antes de mais, de uma necessidade efetiva de compreender e explicar a realidade complexa que emerge na pós-modernidade. As questões sociais, como o direito ao aborto ou a identidade de género, por exemplo, já não se podem resolver com o expediente de uma razão intemporal, universal e necessária, ou uma conceção de verdade como correspondência entre a linguagem e o mundo, uma vez que essas questões só adquirem realmente sentido na prática social e no exercício intersubjectivo da argumentação. À luz de tudo aquilo que foi dito, o que resta à filosofia é, fundamentalmente, abordar a forma como falamos do mundo. Porém, a forma como falamos contém já o mundo; configura-o, essencialmente. Depois de desfeitos os mitos da modernidade, a metáfora e, mais geralmente, a analogia mostram-se, agora, estruturantes e constitutivas do pensamento filosófico e da própria linguagem, de maneira geral. Neste contexto, a retórica e a argumentação apresentam-se, numa perspetiva filosófica, como a única via para aceder a esse mundo. São, ambas, características irreduzíveis e essenciais da racionalidade, constituindo, conjuntamente, a forma e a matéria dos nossos raciocínios de maneira geral. Razão prática e razão teórica, conhecimento e acção são, igualmente, o objeto das mesmas. É uma tal transversalidade que permite à filosofia conservar aquilo que é possível conservar do seu papel tradicional. O desiderato fundacional tradicional da filosofia fica, assim, salvaguardado, em novos termos, por intermédio da interdisciplinaridade da retórica e da argumentação.

A tese defendida nestes ensaios não reúne, ainda, um consenso alargado no meio filosófico, considerando-se, ainda, a viragem retórica como um episódio relativamente secundário na história recente da filosofia. Mas isto só acontece porque as relações intelectuais e institucionais ente retórica e filosofia (particularmente a filosofia analítica), examinadas pormenorizadamente pelo autor, não são, em geral,

assumidas. Essas relações, ou conexões, são um claro indicador de que o significado da viragem retórica só pode ser verdadeiramente apreciado e discutido à luz do seu enquadramento histórico e filosófico. É, de algum modo, expetável que as instituições ligadas à investigação e ao ensino da filosofia resistam, ainda, à revolução que a viragem retórica veio anunciar, uma vez que o carácter subversivo de uma tal viragem veio colocar em causa interesses institucionais e profissionais profundamente enraizados. A fragmentação dos saberes, que intervinha já nos últimos trabalhos de Toulmin como um dos legados mais perversos da pós-modernidade é, igualmente, apontada pelo autor como um obstáculo institucional à mudança. Em síntese, a impossibilidade de recorrer a um quadro de referência verdadeiramente universal e intemporal não implica que tenhamos de renunciar, completa e decisivamente, a qualquer espécie de enquadramento racional. O relativismo que invariavelmente atravessa a experiência quotidiana deve ser assumido sem ceder ao desalento, e a retórica, nesta matéria, pode, efetivamente, desempenhar um papel verdadeiramente transformador na sociedade e não, como se disse, um papel meramente crítico no plano teórico. Em relação à argumentação na linguagem corrente, relativizar uma questão qualquer significa justamente considerá-la tendo em conta o seu contexto específico, purgando-a, assim, do peso de qualquer intenção teorizadora totalitária, supressora dos múltiplos aspectos que nela poderão ser inassimiláveis de um ponto de vista universal e intemporal. O fim da filosofia concebida como um discurso fundador último do conhecimento, compromete igualmente o estatuto dos empreendimentos científicos enquanto detentores de um acesso privilegiado à verdade. Contudo, o desiderato fundacional e universal da filosofia não pode ser simplesmente abandonado uma vez que ele é inerente ao espírito que comanda a atividade científica e a torna significativa. A consequência radical desse abandono levar-nos-ia, simplesmente, a renunciar a qualquer tipo de justificação racional e a cair num mundo governado pelo relativismo. A tese desenvolvida nestes ensaios promove, assim, uma renovada conceção de pensamento crítico, mostrando-se capaz de superar a índole essencialmente crítica e negativa desse pensamento (tal como ele foi entendido no passado).

Miguel Gouveia de Oliveira

Doutorando

Unidade de I&D Instituto de Estudos Filosóficos

miguelgouveiadeoliveira@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_57_14